



# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

**OBJETO:**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE  
PROJETO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO  
DE SISTEMAS DE MINI/MICRO GERAÇÃO  
DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-  
GRID.**

**SESSÃO PÚBLICA:**

**02/04/2024**

**09:00hs**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC (www.bnc.org.br)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12040009/2023**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

**(PARA ESTE CERTAME, NÃO SERÁ APLICADO O DISPOSTO NO INCISO III DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, POR SE TRATAR DE SERVIÇOS, BEM COMO, POR REPRESENTAR PREJUÍZO AO CONJUNTO OU COMPLEXO DO OBJETO A SER CONTRATADO, CONFORME DISPOSTO NO INCISO III, DO ART. 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006).**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE JUNDIÁ - AL**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.248.100/0001-10, sediado à Rua do Comércio, s/n, Centro, cidade de Jundiá/AL, por meio do Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **o menor preço por LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019; Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

- **Abertura das propostas no dia 02 de abril de 2024, às 08h30min;**
- **Início da sessão de disputa pública no dia 02 de março de 2024, às 09:00min.**
- Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)).

**1. DO OBJETO**

**1.1. O OBJETO DA LICITAÇÃO É O Registro de Preços contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, instalação e manutenção de sistemas de mini/micro geração de energia solar fotovoltaica on-grid, em unidades de saúde, educação, assistência social e administração, sobre telhados, que produzam a média total anual de no mínimo 22.000 kw/h.**

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** Em se tratando de procedimento licitatório realizado sob o Sistema de Registro de Preço, cujo instrumento não constitui obrigação para o órgão gerenciador e participantes da licitação pela aquisição do seu objeto, torna-se dispensável a indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

3.1.1. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC**. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do Bolsa Nacional de Compras - BNC no endereço: <http://bnc.org.br/sistema/>.

3.1.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.1.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC.

3.1.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.1.5. A Prefeitura Municipal de Jundiá não se responsabilizará por qualquer tipo de problema que venha a ocorrer no processo de cadastramento e que impeça o licitante de participar do certame.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**4.4. A LICITANTE ENVIARÁ JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação que constem do item 9 deste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. **Junto a Proposta, deverá ser entregue a Declaração da licitante de que elaborou de forma independente sua Proposta de Preços, conforme Portaria nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, modelo no Anexo III.**

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.1.1 *A observação mencionada não se aplica ao anexo da proposta; pois tal documento fica oculto até o término da disputa, desta forma não identifica a licitante.*

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO LOTE.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de **R\$ 0,01 (um centavo)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

7.16 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, mediante aviso prévio no sistema.

7.21 . O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido no Edital e seus anexos.

7.22 . Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.23 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.24 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.25 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.26 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.27 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 no país;

7.29.2 por empresas brasileiras;

7.29.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.31.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.

7.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação.

**8.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.4.1 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7 O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

8.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

## **9 DA HABILITAÇÃO**

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

9.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

9.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio dos documentos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Todos os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.8 Habilitação jurídica:**

9.8.1 **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3 **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

**9.8.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**9.9.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.9.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.9.3** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

**9.9.4** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.9.4.1** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipal relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.9.5** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT) ou positiva com efeito de negativa (CPNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.9.7** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.10 Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.10.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.10.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**9.10.3 Termo de abertura e encerramento**, junto com o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**9.10.4** Índices contábeis:

Liquidez Corrente:

LC = Ativo Circulante



Estado de Alagoas

## SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000

CNPJ: 12.248.100/0001-10

### Passivo Circulante

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O resultado ">" (maior ou igual) a 1,00, demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo, de forma que não será aceitável resultado menor do que 1,00, pois demonstra que a empresa não possui recurso financeiro para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

Liquidez Geral:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

### Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo, sendo vedado o aceite de índice menor do que 1,00, que demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das empresas.

Solvência Geral:

SG = ATIVO TOTAL

## PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

cujos resultados deverão ser “>” (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices (ILG, ILC e ISG), o resultado “>” (maior ou igual) a 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc.), melhor será a condição da empresa.

Assim, justificamos que escolhemos esses índices, por retratarem a situação financeira equilibrada, que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

ILC: maior ou igual a 1,00;

ILG: maior ou igual a 1,00;

ISG: maior ou igual a 1,00.

Ante o exposto, essa exigência deve constar do Edital para demonstrar a situação EQUILIBRADA das licitantes, traduzindo os critérios objetivos do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresa em situação EQUILIBRADA é o mínimo que esta Administração Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato afastando assim, os licitantes com uma situação DEFICITÁRIA, uma vez que estes colocam em risco a execução do contrato.

9.10.5 Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação. Nesse sentido, justificamos que os índices estabelecidos acima, atendem ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis e usualmente adotados para avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimo aceitáveis

#### **9.11 Qualificação Técnica:**

##### **9.11.1 - CONFORME EXIGENCIAS DAS QUALIFICAÇÕES TECNICA CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, anexo I deste Edital.**

9.11.2 Alvará de localização e funcionamento da sede da licitante.

#### **9.12 Serão exigidos, ainda, para fins de habilitação, os seguintes documentos:**

9.12.1 Declarações da licitante, na forma da lei, conforme disposto no Item 4.6 e Anexo II.

9.12.2 Certidão atualizada de comprovação no regime diferenciado, expedida pela Junta Comercial, ou Declaração de Enquadramento, quando chancelada pela Junta Comercial, **quando se tratar de ME, EPP ou COOP**, com demonstração das últimas alterações.

9.13 As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de **60 (sessenta) dias**, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica e Certidão Simplificada da Junta Comercial.

9.14 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

9.20 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

### **10.1 A PROPOSTA FINAL DO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DEVERÁ SER ENCAMINHADA NO PRAZO DE 2 (DUAS) HORAS, A CONTAR DA SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO NO SISTEMA ELETRÔNICO E DEVERÁ:**

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11 DOS RECURSOS**

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, **no mínimo, 30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1**A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2**A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

### **15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

**15.2** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.3** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**15.4** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**15.4.1** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

### **16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**16.2** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

**16.2.1** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.2O** prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**16.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

16.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**16.4 A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano.**

**16.5** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

**16.5.1**Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17 DO REAJUSTE**

17.1 A CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação. (Art. 65, parágrafo primeiro da lei nº 8.666/93).

17.2 Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação. No entanto, deverão ser observados os ditames dos artigos 17 a 21 do Decreto nº 7892/2013 que trata das situações "DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS", conforme termos do edital da licitação.

17.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

## **18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

18.1 As regras acerca do recebimento do objeto e do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**19.1** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**20 DO PAGAMENTO**

**20.1** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

**21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1** A Contratada que, por qualquer forma, não cumprirem as normas estabelecidas no contrato celebrado estará sujeita, assegurados o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções nos termos da Lei 8666/93:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**22.1** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**22.2** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**22.3** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**22.4** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

**23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**23.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.

**23.2 As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, encaminhada através da plataforma da BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

**23.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma da BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações à Rua do Comércio, S/N - Centro, Jundiá – AL, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 horas.

24.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima descrito.

24.13. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

24.15. ANEXO II - DECLARAÇÕES EM GERAL;

24.16. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

24.17. ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;  
24.18. ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Jundiá - Alagoas, 18 de março de 2024.

**José Fabiano da Silva Santos**

**Pregoeiro**



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade promover a licitação visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE MINI/MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-GRID, EM UNIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO, SOBRE TELHADOS, QUE PRODUZAM A MÉDIA TOTAL ANUAL DE NO MÍNIMO 22.000 KW/H**, compreendendo a laudo técnico estrutural da edificação, elaboração de projeto executivo, caderno de especificações e encargos, aprovação do projeto junto à concessionária de energia, fornecimento de todos os equipamentos e materiais, instalação e a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL, conforme informações e especificações constantes neste Anexo I.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 A contratação pretendida justifica-se tendo em vista a crescente elevação no custo da energia fornecida pela concessionária e o grande número de unidades consumidoras que a Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL possui em seu orçamento. Desta forma a Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL busca a presente alternativa para diminuir seus custos com o consumo de energia elétrica através da geração de energia solar fotovoltaica e contribuir para o meio ambiente, gerando energia limpa.

2.2 Ainda que o objeto seja obrigatoriamente composto por mais de uma unidade de mini/microgeração solar fotovoltaica, o mesmo tem como imprescindível importância a geração global do sistema, mínimo **22.000 KW/H**, e não a geração individual de cada unidade, que será dividida por lotes.

2.3 Os sistemas de mini/microgeração solar fotovoltaica devem ser implantados preferencialmente nas unidades propostas desde que as edificações garantam as condições necessárias para se obter a máxima eficiência e estabilidade do sistema.

**3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO**

3.1 As aquisições decorrentes da presente licitação e sua dotação, serão feitas através da Secretaria Municipal de Educação, Administração, Saúde e Assistência Social.

**4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. DOS LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA**

4.1 A licitante vencedora deverá prestar os serviços objeto da licitação em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital da licitação, as propostas de

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

preços apresentadas e nos termos do presente anexo.

4.2 A **CONTRATADA** deverá instalar todos os sistemas de geração de energia no prazo de 12 (doze) meses, contados do recebimento da ordem de serviço, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

4.3 A licitante vencedora deverá efetuar a execução dos serviços, disponibilizando equipamentos novos em perfeito estado de conservação e uso, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à prestação, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital e na "Nota de Empenho", devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução pela Contratada;

4.4 A responsabilidade pelo recebimento dos serviços solicitados ficará a cargo do servidor nomeado e responsável pela fiscalização, engenheiro eletricista, que deverá emitir os termos de recebimento provisório e definitivo;

4.5 No ato da entrega, os serviços serão analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem a especificação exigida, ou em caso de constatação de defeito, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante;

4.6 O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos serviços fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do edital, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

4.7 A **CONTRATADA** deverá garantir a geração média anual de energia contratada, durante o primeiro ano, sob pena de efetuar o pagamento do valor equivalente a diferença de geração não atingida.

## **5. DAS UNIDADES PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA**

5.1 As unidades propostas para a implantação estão descritas no **ANEXO I-A**.

5.2 Caso alguma das unidades descritas no anexo supracitado não atenda as condições de eficiência e estabilidade, a **CONTRATADA** deverá sugerir mediante a apresentação de estudos, novas edificações para receber o sistema, desde que aprovado previamente pela Secretaria e pela fiscalização.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

## **6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1 O objeto da presente licitação, será recebido pela Secretaria Municipal de Educação, através de servidor responsável, mediante Termo de Recebimento Provisório, o qual deverá atestar seu recebimento.

6.2 O objeto será recebido da seguinte forma:

6.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações;

6.2.2. Definitivamente, em até 90 (noventa) dias, após o recebimento provisório;

6.3 O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no Termo de Referência (Anexo I) e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93, no que lhes for aplicável.

6.4 O recebimento não exclui qualquer responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços fornecidos;

6.5 O Município reserva para si o direito de recusar os bens entregues em desacordo com o contrato, devendo estes serem refeitos, às expensas da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

## **7. DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 Será feito o pagamento nas seguintes etapas:

7.1.1. Compreendendo a laudo técnico estrutural da edificação, sendo: (10% do valor orçado);

7.1.2. Elaboração de projeto executivo, caderno de especificações e encargos, sendo: (10% do valor orçado);

7.1.3. Aprovação do projeto junto à concessionária de energia, sendo: (10% do valor orçado);

7.1.4. Fornecimento de todos os equipamentos e materiais, sendo: (50% do valor orçado);

7.1.5. Instalação, sendo: (17% do valor orçado);

7.1.6. Efetivação do acesso junto à concessionária de energia, sendo: (3% do valor orçado).

**7.2.** A CONTRATANTE enviará a planilha de medição ao CONTRATADO que emitirá a Nota Fiscal e demais documentos necessários, que deverão ser conferidos e aprovados pela fiscalização;

**7.2.1** Na ocorrência de rejeição da nota fiscal ou demais documentos, motivado por erros ou incorreções a CONTRATADA deverá retificá-los.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**7.3** A documentação citada no item 7.2, será encaminhada para a contabilidade/tesouraria para efetivo pagamento;

**7.3.1.** Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE conforme medições encaminhadas à contabilidade/tesouraria;

**7.4.** Para a efetivação do pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar comprovante da sua Regularidade Fiscal e Trabalhista: prova de Regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias — (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e regularidade Trabalhista junto ao Superior Tribunal do Trabalho - (CNDT);

**7.4.1.** A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

**7.5.** Os pagamentos serão creditados em favor da contratada até o 10º (décimo) dia após a entrega da NF/Fatura juntamente com as medições realizadas pelo departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL, por meio de depósito Bancário em conta-corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, em que deverá ser efetivado o crédito.

**7.6** - A contratada deverá apresentar garantia no momento da contratação, na forma do anexo § 2º, do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços objeto deste contrato, que será efetuada conforme abaixo:

**7.7-** Caso a garantia de participação for do tipo "Carta de Fiança Bancária", deverá obedecer ao modelo constante do anexo ao presente Edital e com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, para o qual não será necessária a autenticação da firma.

**7.8** - No caso de opção pela garantia de participação do tipo "Seguro Garantia", o mesmo deverá ser emitida por entidade em funcionamento no país, em nome da Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, para o qual não será necessária a autenticação da firma.

## **8. DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1** A fiscalização da contratação decorrente deste edital caberá respectivamente, à Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

**8.2** Para fiscalização dos serviços junto a CONTRATADA, serão designados servidores,

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

formalmente nomeados mediante portaria.

8.3 Competirá aos responsáveis pela fiscalização, supervisionar a elaboração do projeto executivo, lista de materiais, fornecimento dos serviços, inclusive a observância do projeto aprovado junto à concessionária EQUATORIAL, rejeitar os que estiverem em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

8.4 Ficam reservados à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

8.5 As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

8.6 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

## **9. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **9.1 Método de formulação de preço**

9.1.1 Para a formação de preço unitário básico do objeto de contrato, considerou as amostragens equivalentes levantadas no mercado local, após levantamentos e apresentação das propostas, conforme tabela abaixo, com valores unitários, dados das empresas e média calculada.

9.1.2 Cabe destacar que não foram encontrados preços públicos compatíveis, em quantidades e especificações semelhantes ao objeto pretendido para contratação.

9.2 O valor global de referência da contratação foi estimado em **R\$ 2.182.893,47 (dois milhões cento e oitenta e dois mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos)**, conforme planilha orçamentária anexo.

## **10 - DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTE DE PREÇOS E SERVIÇOS**

10.1. Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado o estabelecido nos Arts. 58 e 65, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

10.2. Para caracterização do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser observado à legislação tributária de qualquer esfera de governo que venha onerar o contratado decorrente da majoração de alíquota de impostos a ser criada pelos entes federativos durante a vigência do contrato que provoque aumento da despesa do contratado.

10.3 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas no certame de licitação.

10.3.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.3.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.3.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

10.3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.3.7 O reajuste será realizado por apostilamento, considerando a data base o prazo de 12 (doze) meses a partir da apresentação da proposta de preços do certame de licitações.

10.3.8 O reajustamento terá com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, afetadas exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cuja execução se dê a partir daquele interregno em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da contratada.

O valor do reajustamento será determinado através da utilização da seguinte fórmula:

$R = V \times II - I_0 / I_0$  Onde:

R- Reajustamento procurado;



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

V- Valor contratual das obras/serviços a ser reajustado;

II – Índice relativo ao mês de aniversário da proposta;

Io – Índice correspondente ao mês de apresentação da proposta.

### **11- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

11.1. A presente contratação terá o prazo de execução e vigência é de 12 meses.

### **12 - PENALIDADES**

12.1. O não cumprimento das obrigações dispostas neste projeto básico sujeitará a Contratada, inicialmente, a aplicação da pena de advertência por escrito. Na hipótese de reincidência de qualquer tipo de transgressão, serão aplicadas as seguintes penalidades pecuniárias:

12.1.1. Por não dispor das ferramentas e/ou equipamentos nas quantidades, especificações e estado de conservação determinado neste projeto básico. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.2 Por executar serviços em vias públicas com trânsito de veículos sem sinalização, ou com sinalização inadequada. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.3 Por não dispor de encarregados e supervisores nas equipes de trabalho. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.4 Por permitir que operários executem as atividades sem o uso dos uniformes e equipamentos de proteção individual exigidos neste projeto básico. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.5 Por transportar operários e/ou encarregados em veículos não adequados ao transporte de pessoal. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.6 Por não atendimento as Ordens de Serviço expedidas pela secretaria, por causas que se caracterizem como de responsabilidade da Contratada, tanto por ação, como por omissão. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.7 Por não atender à solicitação de informações da secretaria, dentro dos prazos estipulados. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

12.1.8 Por não sanar, no prazo estipulado, irregularidades identificadas pela fiscalização da secretaria. Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.10 Por comportamento desrespeitoso de funcionários com a população durante a execução dos serviços. Multa de 0,2% do valor mensal do contrato.

12.1.11 Por não atender, dentro do prazo estipulado, o pedido de substituição de funcionário. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.12 Por executar, durante os horários de prestação dos serviços, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.13 Por atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprezada na "Ordem de Início dos Serviços" a ser expedida pelo discal responsável, após a assinatura do contrato. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.14 Por não atender às demais obrigações contratuais. Multa de 1% do valor mensal do contrato por dia de ocorrência.

12.1.15 Além dos motivos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93 para rescisão do contrato, a Secretaria de Obras poderá rescindi-lo, também, unilateralmente, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) A paralisação total ou parcial do serviço;
- b) A subcontratação parcial ou total do serviço;
- c) O cometimento reiterado de faltas, com aplicação de penalidades também reiteradas.

### **13. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES**

**13.1** Os licitantes poderão contatar o setor de Licitação através do e-mail **cpl.jundia.al@gmail.com**, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao fornecimento a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Sebastião Marcos Souza da Silva**  
**Sec. de Administração**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO I**

**II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE MINI/MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-GRID, EM UNIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO, SOBRE TELHADOS, QUE PRODUZAM A MÉDIA TOTAL ANUAL DE NO MÍNIMO 22.000 KW/H, compreendendo:**

**1.1.1 Projeto Executivo**

**1.1.1.1** Laudo Técnico Estrutural;

**1.1.1.2.** Elaboração de Projeto de Geração Distribuída Fotovoltaico;

**1.1.1.3.** Elaboração de caderno de especificações e encargos;

**1.1.1.4.** Aprovação junto à concessionária de energia;

**1.1.2 Fornecimento de Materiais e Instalação**

**1.1.2.1.** Fornecimento de todos os equipamentos e materiais;

**1.1.2.2.** Instalação e a efetivação do acesso junto à concessionária de energia.

**1.1.3 Manutenção**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

1.1.3.1 Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema durante 1(um) ano;

## 2.0 DETALHAMENTO DO OBJETO

### 2.1 Sistemas

Serão executados sistemas de geração de energia solar fotovoltaico instalados sobre os telhados de algumas unidades escolares do município, para a geração de uma média anual de **NO MÍNIMO 22.000 KW**, a ser conectado (on- grid) diretamente à rede de distribuição da Companhia de Eletricidade do Estado de Alagoas - AL - EQUATORIAL, composto de Módulos Fotovoltaicos para captação de energia solar, incluindo:

2.1.1 Laudo técnico da estrutura da edificação, atestando a capacidade estrutural do telhado para suportar a carga dos módulos, dos cabos e das estruturas de fixação, deve-se levar em consideração a localização dos pilares, terças, treliças e tesouras do telhado. É necessário levantar as características do material que foi empregado na fabricação das estruturas (tipo de perfil, espessura, tipo de aço) e o tipo de telha usado na cobertura. O laudo deverá ser encaminhado a fiscalização impresso e de forma eletrônica, ambos devidamente assinados acompanhados de anotação de responsabilidade técnica do engenheiro civil/mecânico. Em caso do laudo estrutural inabilitar a estrutura, ficará a cargo da fiscalização designar nova localização para análise.

2.1.2 Projeto elétrico do gerador fotovoltaico individual para cada sistema elétrico contendo: Especificação do sistema (Potência do gerador solar fotovoltaico, produção estimada, equipamentos, marcas, parâmetros e garantias), Performance Ratio, layout da cobertura com a disposição dos módulos e área instalada, especificação do tipo de estrutura de fixação, estudo de irradiação solar dos últimos doze meses na região ou proximidades de acordo com os dados da CRESESB, Atlas Brasileiro ou SWERA;

2.1.3 ART's do laudo, projeto e execução;

2.1.4 Estrutura de suporte e fixação de acordo com o tipo ou necessidade de cada cobertura, sendo dimensionadas de modo a garantir a resistência mecânica, levando em considerações cargas estáticas e dinâmicas;

2.1.5 Todos os equipamentos para o Gerador Fotovoltaico, módulos, cabos de ligação e acessórios, inversores para transformação da energia DC para AC, quadros dos equipamentos técnicos para proteção DC e AC, incluindo cabos de ligação e acessórios (cabos CA e CC), conectores MC4 e eletrodutos;

2.1.6 Painel de medição de energia produzida, incluindo cabos de ligação e acessórios, quadro para interligação com a rede pública incluindo cabos de ligação e acessórios, sistema de aterramento, sistema de proteção contra surto, conexão ao barramento da unidade de forma subterrânea;

2.1.7 Mão-de-obra especializada de instalação do gerador fotovoltaico, supervisão e acompanhamento técnico (engenheiro) da instalação do gerador, acompanhamento da

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

aprovação do projeto e ativação do gerador junto à concessionária - EQUATORIAL;

2.1.8 Construção de um abrigo adequado para os equipamentos em cada unidade geradora, contendo os seguintes parâmetros:

2.1.8.1 Estrutura e fundações em concreto armado;

2.1.8.2 Paredes de alvenaria, chapiscada, rebocada e pintada;

2.1.8.3 Cobertura em telha de fibrocimento;

2.1.8.4 Piso em concreto desempenado;

2.1.9. Treinamento de Operação e Manutenção (treinamento SFCR- Sistema Fotovoltaico Conectado à Rede);

2.1.10. Manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico disponível por no mínimo 1 (ano) ano a contar da data de instalação de cada sistema de geração de energia isoladamente, definido pela data de conexão do sistema na rede da concessionária local;

2.1.11. Sistema de monitoramento via WEB e Celular;

2.1.12. Treinamento de Monitoramento Remoto (Injeção e Compensação);

2.1.13. Todos os documentos deverão ser entregues a fiscalização, impressos e digitais, devidamente assinados;

2.1.14. Projeto As built.

### **3.0 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

#### **3.1 Sistema fotovoltaico**

3.1.1 O sistema de compensação de energia elétrica deverá seguir a resolução normativa no 482, de abril de 2012 da ANEEL e suas alterações.

3.1.2 Os sistemas serão instalados preferencialmente nas unidades propostas no ANEXO III.

3.1.3 É permitido o acréscimo ou substituição das unidades propostas mediante a justificativa técnica, desde que tenha a aprovação da fiscalização e do ordenador de despesas.

3.1.4 Deverão ser apresentados os datasheet e especificações técnicas dos principais componentes do sistema, módulos fotovoltaicos e inversores, para avaliação do atendimento das exigências técnicas descritas nesse documento.

#### **3.2 Garantia de Taxa de Desempenho (PR - Performance Ratio);**

3.2.1 A Taxa de Desempenho (Performance Ratio - PR) é definida como a razão entre a produção real de energia de um sistema solar fotovoltaico e a geração estimada caso não houvesse perdas no sistema;

3.2.2 O PR é um indicador da saída real do sistema em comparação com um sistema ideal. Este coeficiente visa quantificar o efeito global das perdas na produção de energia devido a perdas do inversor CC/CA, de sombreamento, sujeira, coeficientes de temperatura, desbalanceamento das cargas (mismatching), entre outros (Marion et al., 2005).

3.2.3 A CONTRATADA deverá informar no projeto executivo as built a estimativa da PR do sistema Solar Fotovoltaico, em relação à irradiação no plano dos módulos, para os primeiros 5(cinco) anos (PR1 ao PR5) de operação. Os valores dos PR's deverão ser iguais ou superiores a 77,5%. A CONTRATADA deverá fornecer o detalhamento de cálculo dessas estimativas. Os valores de PR devem ser calculados de forma simplificada, como segue:

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

PR=Energia Gerada Energia Teórica

Sendo Energia Teórica= $I * t * A * R$  Onde:

I = Irradiação sobre o plano dos módulos para o ano "t" [Wh/m<sup>2</sup>], calculada a partir dos valores de irradiância [W/m<sup>2</sup>] medidos pelos piranômetros que compõem o Sistema Automatizado de Aquisição de Dados (SAAD) do sistema fotovoltaico.

t = ano considerado (tempo de análise);

A = Área em m<sup>2</sup> ocupada pelos módulos do sistema de geração fotovoltaico R = Taxa de desempenho [divido por 100] para o ano t.

3.2.4 Caso os valores de PR, calculados com base no banco de dados conforme metodologia acima sejam inferiores a 77,5% ou apresentem desvio superior a -2,5% em relação ao que foi informado no projeto executivo, as multas previstas no CONTRATO poderão ser aplicadas.

3.3 O Projeto de concepção do sistema fotovoltaico o qual não se limita apenas ao fornecimento dos equipamentos discriminados na composição do sistema, deverá fornecer, instalar e executar:

3.3.1 Detalhamento do Objeto: Diagrama unifilar de força e comando; relação completa de equipamentos aplicados incluindo: marca, referências, especificações técnicas e quantitativos;

3.3.2 Todos os acessórios necessários para perfeita instalação, fixação, aterramento e estrutura dos painéis na área de instalação onde será instalado o objeto;

3.3.3 Abrigo para os equipamentos;

3.3.4 Cabos de interconexões de equipamentos;

3.3.5 As licenças e/ou permissões especiais que se façam necessárias para a instalação, aprovação e operação da planta fotovoltaica, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e EQUATORIAL;

3.3.6 Conexão do sistema gerador com a concessionária local;

3.3.7 Todo suporte técnico e manutenção no período de garantia do contrato;

3.3.8 A garantia a que se refere o item anterior será de, 12 (doze) anos para os painéis solares para defeito de fábrica e 84,8% de eficiência em 25 (vinte e cinco) anos; no mínimo 05 (cinco) anos para os inversores para defeito de fabricação; outros produtos e serviços de montagem e instalação 05 (cinco) anos, após a entrega definitiva e aprovação da conexão do sistema pela concessionária.

3.3.9 O sistema deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida.

### **3.4 Módulos Fotovoltaicos**

3.4.1 Principais recursos do Pannel:

- Eficiência mínima da célula de 20,36%;



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

- Células fotovoltaicas monocristalinas;
- Baixos coeficientes térmicos para maior produção de energia em alta temperatura de operação;
- Garantia mínima de 10 anos para o produto e Garantia linear de 30 anos;

3.4.2 Deve conter certificações:

Painel: IEC 61215, IEC 61730, ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001.

3.4.3 As placas devem ser de silício monocristalino;

3.4.4 A quantidade de placas fotovoltaicas deve ser dimensionada respeitando os limites das áreas de cobertura das edificações e ainda o estado físico da estrutura do telhado para a sustentação dos painéis. Deve ser levado em consideração também não ultrapassar o limite de sobrecarga do inversor de acordo com seu fabricante;

3.4.5 O gerador fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas, dimensionais, modelo e marca;

3.4.6 Os fabricantes dos módulos devem estar classificados como TIER 1 pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF) e com forte presença no mercado de energia solar no Brasil;

3.4.7 As estruturas de fixação e suporte deverão ser fornecidas acompanhadas de instruções detalhadas para sua montagem;

3.4.8 As estruturas de fixação e suporte deverão ter a inclinação apropriada para o local da instalação de tal forma a extrair a máxima eficiência de geração ao longo do ano, respeitando-se a segurança e os aspectos construtivos do local;

3.4.9 Os parafusos, as porcas e arruelas deverão ser de aço inoxidável. As estruturas de fixação dos módulos fotovoltaicos deverão ser fornecidas em alumínio anodizado. As hastes, conectores e condutores de aterramento deverão ser em alta camada de cobre de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras pertinentes.

3.4.10 Os módulos devem ser resistentes à degradação induzida por tensão, PID (Potential Induced Degradation);

3.4.11 A tensão de corrente contínua (CC) nominal dos arranjos deverá estar compatível com a especificada para os inversores;

3.4.12 O módulo deverá possuir moldura em alumínio anodizado com perfuração apropriada para aterramento; Identificação: Os módulos devem ser identificados de acordo com as disposições citadas de forma legível e indelével, com, no mínimo, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante; modelo ou tipo do modelo.

3.4.13 A corrente máxima dos módulos deve ser compatível com a especificada para os inversores;

3.4.14 Todas as estruturas de suporte das placas fotovoltaicas devem ser de alumínio, com reforço de estabilidade, durabilidade e preparadas em caso de esforços mecânicos, climáticos e corrosão, bem como as expansões/contrações térmicas;

3.4.15 Todos os fios, cabos, conectores, proteções, diodos, estrutura de fixação, e demais componentes devem ser fornecidos e perfeitamente dimensionados de acordo com a quantidade de placas fotovoltaicas e inversores do arranjo fotovoltaico; seguindo todas as normas de instalações elétricas relevantes à instalação, manutenção e segurança do sistema, em especial a norma NBR 5410 referente à instalação em baixa tensão.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

3.4.16 Deverão possuir aprovação do INMETRO, ou a indicação do mesmo órgão aprovador.

**3.5 Inversor**

3.5.1 Os inversores de rede devem transformar a energia elétrica DC em AC, com eficiência mínima de 95% de acordo com a ABNT NBR 16.149/13, em tensão e frequência de rede exigida pela CEA, com baixo teor de harmônico e onda de forma senoidal;

3.5.2 Deverão possuir aprovação do INMETRO, ou a indicação do mesmo órgão aprovador.

3.5.3 Os inversores devem estar dimensionados dentro dos parâmetros do fabricante, respeitando tensões (380/220 Volts), correntes e potências;

3.5.4 Os inversores devem apresentar a garantia do fabricante de no mínimo 10 anos;

3.5.5 Requisitos técnicos dos inversores:

- a. Tensão Máxima CC: compatível com o gerador fotovoltaico;
- b. Deformação da corrente de onda pelas harmônicas - THDi máximo: 3%;
- c. Proteções e monitoramentos: Sobrecarga, anti-ilhamento, proteção contra polaridade reversa em CC, chave seccionadora CC integrada ao inversor, Monitoramento de fusíveis internos, quando houver proteção por fusíveis, monitoramento da rede elétrica C.A. (tensão, corrente, potência e frequência).
- d. Índice de Proteção (IP) mínimo 65, sendo proteção contra poeira e água.

3.5.6 Deve conter certificações: IEC 62116, IEC 62109-1 e -2.

**3.6 Quadros de Proteção e Controle CC e AC**

3.6.1 Deverá ser fornecido um painel de interface confeccionado de material não corrosivo com as dimensões para abrigar e proteger os equipamentos de corrente contínua e de corrente alternada, separadamente, tais como Inversores, Chaves Seccionadoras DC e AC, DPS CC, DPS AC, Disjuntor CA e BEP, que será utilizado para disponibilizar todos os "strings" do gerador fotovoltaico a fim de flexibilizar as ligações durante a fase de implantação e seccionar os circuitos em CC.

3.6.2 Deverá ser utilizado painel adequado às instalações elétricas de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, etc.

**3.7 Características construtivas**

3.7.1 Deve-se construir em cada sistema um abrigo para a proteção dos equipamentos e segurança das pessoas que transitam no local, caso necessário, conforme especificado no item 2.1.7;

3.7.2 Painel elétrico de proteção em baixa tensão para conexão em tensão 380/220 V, autossuportado, grau de proteção mínimo IP-42, equipamento adequado para instalação em ambiente comercial, em local abrigado, isento de poluição condutiva e gases corrosivos, pintura de acabamento epóxi pó.

3.7.3 O Painel de Condicionamento em Corrente Contínua (CC) (String Box):

- a. Caixa com grau de proteção IP65;
- b. Módulo de proteção contra surtos - DPS;
- c. Características térmicas de acordo com o manual do fabricante.

**3.8 Acabamento**

3.8.1 Todas as peças não devem apresentar rebarbas ou arestas vivas;

3.8.2 Os componentes ferrosos devem ser zincados por imersão a quente, de acordo

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

com a ABNT NBR 6323 ou ASTM A153

**3.9 Pannel de Medição**

3.9.1 Deverá ser fornecido um painel de medição, conforme normas da EQUATORIAL.

3.9.2 São de responsabilidade DA CONTRATADA a solicitação e o acompanhamento do medidor a ser instalado pela EQUATORIAL.

3.9.3 A CONTRATADA deverá executar toda pendência exigida no laudo de vistoria da EQUATORIAL no prazo máximo de 48 horas, e quantas vezes forem necessárias até a sua aprovação definitiva.

**3.10 Sistema de Aterramento**

3.10.1 Todo o sistema fotovoltaico deve estar devidamente aterrado, assim como seus equipamentos conforme as normas normativas brasileiras (NBR's) e a concessionária de energia.

**3.11 Cabos, Fiação e Conexões Elétricas.**

3.11.1 Os condutores CC deverão ser apropriados para utilização em sistemas solares (cabos solares). Para os demais circuitos deverão ser de cobre flexível e do tipo de isolamento duplo (tipo Sintenax), seção mínima compatível com a corrente do circuito;

3.11.2 Todos os terminais dos condutores deverão ser identificados, conforme diagrama de ligação a ser elaborado pelo fornecedor e catálogos dos equipamentos;

3.11.3 Os condutores CA devem ser de cobre flexível e possuir a marca de conformidade do INMETRO para a ABNT-NBR 6148.

**3.12 Tubulação**

3.12.1 Os eletrodutos e as conexões especificados deverão ser galvanizados para proteção dos cabos, com bitola adequada à passagem dos cabos ou fios. A soma da área externa dos cabos não deverá ultrapassar 40% da área interna do eletroduto.

**3.13 Eletrodutos**

3.13.1 Todo o sistema de eletroduto deve cumprir rigorosamente as normativas brasileiras e as normas da concessionária de energia.

3.13.2 Os serviços de implantação dos sistemas fotovoltaicos serão executados de acordo com o projeto executivo aprovado pela EQUATORIAL.

**3.14 Transferência de conhecimento (treinamentos)**

3.14.1 O objetivo do treinamento é capacitar os técnicos da contratante para executar as suas tarefas correspondentes, sem necessidade de consulta aos fornecedores.

3.14.2 O treinamento deverá ser realizado em JUNDIÁ - AL no endereço da CONTRATANTE.

**3.15 Manutenção e suporte técnico disponível.**

3.15.1 Durante a vigência da GARANTIA DO SISTEMA FOTOVOLTAICO nenhuma despesa será cobrada a título de manutenção dos equipamentos, sejam despesas referentes a peças, deslocamentos, viagens, hospedagens ou de mão-de-obra, exceto aquelas decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia dos usuários do Órgão, vandalismo ou fenômenos da natureza devidamente identificadas em relatório técnico emitido pela CONTRATADA.

3.15.2 O prazo de manutenção dos produtos terá início a partir da aprovação da conexão do sistema pela concessionária, tais manutenções periódicas deverão ser realizadas pela CONTRATADA no mínimo 6 (seis) vezes ao ano, em cada sistema instalado, sendo uma a cada 2 (dois) meses em cada sistema instalado;

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

3.15.3 Entende-se como a manutenção, central de atendimento e suporte técnico que compreenderão a série de procedimentos destinados a manter o(s) produto(s) de cada solução em perfeito estado de funcionamento, compreendendo instalações, reinstalações, configurações, atualizações, correção de defeitos, ajustes, limpeza periódica e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

3.15.4 A CONTRATADA deverá oferecer garantia dos serviços executados, incluindo mão-de-obra, peças, partes de peças, componentes e acessórios, contados a partir da aprovação da conexão do sistema pela concessionária.

3.15.5 Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos pelo fabricante, de acordo com a qualidade para eles exigida. Quaisquer defeitos constatados na vigência do prazo de garantia deverão ser reparados por conta e risco da CONTRATADA;

3.15.6 A garantia será acionada caso se constate, durante o período estabelecido de cinco anos, qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que impeça o objeto contratado de produzir a utilidade a que se destina, devendo ser(em) substituída(s) pela CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do contato feito pela CONTRATANTE, quaisquer partes, peças, acessórios ou elementos do sistema;

3.15.7 A abertura dos chamados deverá ser realizada via central telefônica e/ou e-mail, inclusive nos finais de semanas e feriados;

3.15.8 Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados, bem como manter um ponto físico para prestação dos serviços relacionados à garantia;

3.15.9 Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA, para registro de ocorrências de falhas, para acompanhamento e controle da execução dos serviços e ainda;

3.15.10 A CONTRATADA, após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico, deverá apresentar um Relatório contendo: a identificação do chamado com número de protocolo único para cada ocorrência, data e hora de abertura e da conclusão do chamado, Status do atendimento, identificação do erro/defeito, técnico responsável, e outras informações pertinentes.

3.15.11 Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a CONTRATANTE irá notificar a CONTRATADA de tal fato, para que a mesma tome as devidas providências.

3.15.12 A CONTRATADA será eximida de qualquer penalidade quanto ao não atendimento dos tempos de solução desde que comprovadas as seguintes situações:

3.15.13 Quando constatado que o problema está relacionado a defeito no produto e que o fabricante não possui uma correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio. A CONTRATADA deverá instalar equipamento provisório que atenda as mesmas especificações do sistema original, para evitar a interrupção de geração do sistema;

3.15.14 Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do CONTRATANTE, e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

3.15.15 A CONTRATADA não poderá deixar de executar os serviços descritos neste

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

Termo de Referência sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de interferência no respectivo equipamento ou dispositivo;

3.15.16 Durante o período de garantia, a CONTRATADA, obriga-se a prestar, sem ônus para ao CONTRATANTE, assistência técnica ao material que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, observadas as condições e prazos descritos deste Termo de Referência;

3.15.17 A substituição de peças ou componentes deverá ser efetuada com material original novo, de primeiro uso, recomendado pelo fabricante.

3.15.18 A CONTRATADA deverá responder por todas as despesas decorrentes da assistência técnica durante o período da GARANTIA DO SISTEMA FOTOVOLTAICO.

3.15.19 O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

3.16. Do sistema de monitoramento web

3.16.1 O sistema de monitoramento web e celular deverá coletar e monitorar todos os dados dos sistemas fotovoltaicos instalados;

3.16.2 Deverá enviar, pelo menos, as seguintes informações:

- a) A potência instantânea gerada pelo sistema fotovoltaico;
- b) A energia gerada (diária, mensal, anual) em kWh;
- c) A economia proporcionada pelo sistema com base no custo do kWh do local;
- d) A quantidade de crédito de carbono acumulado pela geração;
- e) Mostrar no mapa o local onde o sistema está instalado.

3.17 Ajustes e testes

3.17.1 Depois de concluídas todas as instalações, deverão ser realizados ajustes e testes necessários ao perfeito funcionamento das PLACAS FOTOVOLTAICAS, INVERSORES e demais componentes do sistema seguindo as normas de segurança vigentes e as recomendações dos fabricantes, em especial, a apresentação do laudo dos painéis e inversores compreendendo análise termográfica, análise de aterramento e eficiência dos sistemas implantados.

3.17.2 Os critérios de aceitação, medição e pagamento dos componentes alvos dos citados ensaios estão condicionados a aceitação técnica, por parte da Fiscalização, dos parâmetros apresentados nos referidos laudos.

3.17.3 Deverá ser emitido laudo anualmente, durante o período da GARANTIA DO SISTEMA FOTOVOLTAICO, com Taxa de Desempenho (PR - Performance Ratio) que deverá ser superior a 77,5% e não apresentar desvio superior a 2,5% em relação ao que foi informado no projeto executivo as built.

#### **4.0 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto executivo devidamente aprovado pela EQUATORIAL e este Termo de Referência.

4.2 Deverá seguir o detalhamento do objeto: Diagrama unifilar de força e comando; relação completa de equipamentos aplicados incluindo: marca, referências, especificações técnicas e quantitativos.



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

## **5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A licitante vencedora obriga-se a cumprir, além das obrigações definidas no presente Edital, as relacionadas no Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, anexos e da natureza da atividade:

5.1.1 Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto pela Contratada;

5.1.2 Efetuar a execução dos serviços, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas ao fornecimento, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste termo de referência/projeto básico e na "Nota de Empenho"

5.1.3 Executar os serviços nas quantidades estipuladas na requisição de fornecimento e na Nota de Empenho no prazo e local designados, acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

5.1.4 Proceder o fornecimento do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos II e III deste Edital;

5.1.5 Fornecer o Projeto executivo as built e Parecer de acesso das usinas fotovoltaica junto à EQUATORIAL;

5.1.6 Supervisionar e gerenciar a montagem da usina;

5.1.7 Refazer, dentro de 48 horas, os serviços rejeitados pela Vistoria da EQUATORIAL, tendo como obrigação analisar o laudo emitido pela Concessionária e readequar quantas vezes for necessária, até a aprovação definitiva da execução pela EQUATORIAL, sem pendências;

5.1.8 Possuir e fornecer, para serem utilizados nos serviços, todas as ferramentas, instrumentos, equipamentos, veículos e máquinas apropriados para execução dos serviços solicitados;

5.1.9 Executar fielmente o Contrato e este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas no contrato e normas estabelecidas na Lei n Q 8666/93 e suas alterações, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;

5.1.10 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina e interesse da CONTRATANTE;

5.1.11 Indenizar a CONTRATANTE por todo e qualquer prejuízo material ou pessoal que possa advir direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do exercício de sua atividade;

5.1.12 Entregar o local de trabalho em perfeitas condições de higiene e uso após a execução do serviço contratado;

5.1.13 Estabelecer obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

por todas as pessoas presentes no local da instalação das peças, de acordo com o risco de lesão decorrente de cada atividade desenvolvida, adotando todas as medidas preventivas recomendadas pela Norma Regulamentadora NR-6 sobre EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPI (atualização mais recente) e obedecendo também à NBR5410 da ABNT - Instalações Elétricas de Baixa Tensão e à NR-26 - Sinalização de Segurança;

5.1.14 Deverão ser consideradas juntamente com o que estipula este documento, no que couberem, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, compreendendo: normas de execução de serviços e/ou obras, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias;

5.1.15 Assumir a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho de execução dos serviços contratados, ainda que resulte de caso fortuito, e, por qualquer causa, a destruição ou danificação no serviço de instalação das peças até a definitiva aceitação pela CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública ou fora do prédio da CONTRATANTE;

5.1.16 A CONTRATADA deverá garantir 25 anos de vida útil a partir do *start* do sistema, ainda qualquer eventual problema de ordem técnica será de responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.17 Dar ciência ao Departamento de Engenharia da Secretaria de Educação e Cultura, imediatamente, e por escrito, por meio da FISCALIZAÇÃO, de qualquer anormalidade que venha a ser verificada na execução dos serviços;

5.1.18 Prestar e atender prontamente os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Educação e Cultura;

5.1.19 Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros dos projetos (responsabilidade técnica pela autoria), autenticações do contrato, etc., ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos;

5.1.20 Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL;

5.1.21 Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.22 Não subempreitar o total dos serviços que lhe foram adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia do Prefeitura Municipal de JUNDIÁ - AL;

5.1.23 Em caso de subcontratação parcial do objeto da presente licitação, será necessária a aprovação do Departamento de Engenharia da SMEC em relação a empresa da qual será utilizado os serviços;

5.1.24 Se responsabilizar pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's,

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal em trabalho na execução dos serviços em campo, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, de acordo com a classificação de risco que o tipo de serviço oferece;

5.1.25 Declarar em sua proposta de preços que o valor ofertado abrange a execução plena dos serviços com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários à execução;

5.1.26 Iniciar os serviços após a emissão da respectiva Ordem de Serviço, indicando pessoa preposta que responderá perante à SMEC pela execução dos serviços;

5.1.27 Efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para a conclusão dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO;

5.1.28 Arcar com os custos financeiros decorrentes da adequação a ser realizada nos projetos e demais documentos, inclusive, quanto à responsabilidade técnica perante o CREA e demais órgãos competentes, caso seja verificada qualquer incompatibilidade técnica ou executiva entre os projetos e demais documentos objeto do contrato, ainda que tais incongruências sejam verificadas na fase de execução;

5.1.29 Aceita e concorda que os serviços objeto dos documentos contratuais, deverão ser complementados em todos os detalhes ainda que cada item necessariamente envolvido não esteja detalhadamente mencionado no Termo de Referência;

5.1.30 Elaborar laudo de vistoria acompanhado da respectiva ART das condições estruturais da cobertura onde será instalado o sistema fotovoltaico, incluindo todas as reparações no calçamento, caso venha a ser danificado ou quebrado para a execução da obra.

5.1.31 Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

5.1.32 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

5.1.33 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.34 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

5.1.35 Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

5.1.36 Credenciar junto ao Município de JUNDIÁ - AL funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos serviços objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

5.1.37 Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

5.1.38 Todos os projetos executivos devem ser entregues a fiscalização de forma digital e física, em arquivos editáveis. Assim como, todos os arquivos e documentos presentes no processo de elaboração, execução e ligação da usina fotovoltaica devem ser entregues a fiscalização.

#### **a.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a.2.** Para fins de qualificação técnica, é necessário a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

**a.3. Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnico - Operacional, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado com identificação, em nome da Licitante, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU para fins de comprovação de que a mesma tenha executado, com grau compatível em características, quantidades e prazos com objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber:

**INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE MINI/MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-GRID, EM UNIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO, SOBRE TELHADOS. (50%)**

**a.3.1.** O Atestado de Capacidade Técnico-Operacional deverá ser apresentada em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente. Registrado no CREA;

**a.3.2.** Os atestados poderão ser apresentados: Um atestado para cada item exigido ou; atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

**a.3.3.** Registro ou inscrição do Profissional, responsável pela Empresa Licitante, na Entidade Profissional competente devidamente regular no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto básico, em plena validade.

**a.3.4.** Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, **Engenheiro Eletricista**, junto com a ART/CARGO E FUNÇÃO, detentor(es) de atestado(s) e/ou certidão(ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com a natureza do objeto da licitação, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

- a.4. Quanto à capacitação técnico-profissional:** Comprovação da capacitação Técnico-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participam da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação, a saber:
- a.5.** Para empresas de fora do estado, Registro de quitação da empresa no CREA/AL.

**INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE MINI/MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-GRID, EM UNIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO. (50%)**

**a.5.1.** A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado neste edital, será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

**a.5.2.** Só será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, com firma reconhecida e mediante ART (cargo e função) devidamente recolhida do engenheiro eletricista.

**a.5.3.** Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo (Contrato Social ou Estatuto Social) da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada. Poderá, ainda, tal comprovação ser feita por qualquer meio admitido em lei.

**a.5.4.** O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(es) do CREA.

**a.5.5.** Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

**a.5.6.** É vedada, sob pena de inabilitação dos Licitantes, a indicação de idêntico Responsável Técnico por mais de uma pessoa jurídica Licitante.

**a.5.7.** Declaração expressa da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o perfeito cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**a.5.8.** Declaração expressa do Profissional responsável pela empresa autorizando sua inclusão

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

na equipe técnica como responsável pela obra;

**a.5.9.** Atestado de visita ao local da obra feita por responsável da empresa:

**a.5.10.** ATESTADO será expedido pelo Departamento de Engenharia do Município. Pela complexidade do objeto licitado **fica obrigatória a realização de visita técnica.**

**a.5.11.** Declaração de que providenciará, no primeiro mês de vigência do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica dos responsáveis técnicos indicados em sua proposta, junto ao CREA.

**a.5.12.** Declaração de que cumprirá as determinações constantes da NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

**a.5.13.** Declaração que não possui em seu quadro societário Servidor Público da ativa, ou empregado de Empresa Pública ou de sociedade de economia mista, inclusive consultoria e assistência técnica, em atendimento à vedação disposto no Art. 20, XII da Lei Federal n. 12.465/2011.

**a.5.14.** Declaração de composição de preços unitários.

Registro ou inscrição do Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade, a saber:

**a.** Engenheiro Civil na forma da legislação vigente.

**b.** Engenheiro Eletricista, na forma da legislação vigente.

**c.** Engenheiro de segurança de trabalho, na forma da legislação vigente.

**c.1.1.** Comprovação que a empresa possui funcionário com curso NR35. Comprovando ser parte integrante do quadro permanente da licitante, da condição de sócio, diretor ou empregado ou possuir contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

## **7.0 DA VISTORIA**

7.1 Deverá ser realizada a visita técnica nas instalações determinadas nos projetos.

7.2 A empresa licitante deverá realizar a visita técnica e depois da visita será entregue o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA ao responsável técnico da empresa, expedido pelo Departamento de Engenharia do Município, atestando que o proponente visitou o local onde serão executados os serviços e de estar ciente da localização e das condições de acesso e instalações dos locais, assinada e carimbada por um responsável;

## SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000

CNPJ: 12.248.100/0001-10

7.3 A visita deverá ser realizada por seu responsável técnico, engenheiro eletricista e responsável técnico da empresa: Mediante a documentação: ART Cargo e Função do engenheiro, Contrato Social, Procuração ou Declaração do Responsável da empresa que autoriza o mesmo a realizar a visita técnica e documento com foto.

7.4 A visita deverá ser **AGENDADA** com o responsável pela apresentação dos locais onde vai ser instalado os equipamentos pelo telefone: **(82) 98768-7805**.

7.5 Deverá contemplar na proposta de preços global, eventuais gastos com os subitens a seguir, tendo em vista os seguintes aspectos e fatores que a Administração julga de alta relevância técnica:

- a) Aferição exata da área útil a ser coberta pelas placas visando a otimização da geração de energia;
- b) Definição exata da localização dos quadros inversores e de todo o sistema unifilar a ser conectado na rede da concessionária.
- c) Possíveis reparos nas estruturas para receber o

sistema.

### 8.0 CONDIÇÕES GERAIS

8.1 Os sistemas fotovoltaicos devem ser instalados com todos os equipamentos, materiais e acessórios definidos nesta

especificação, e em pleno funcionamento.

8.2 Em horário de trabalho, não será permitido o trânsito e/ou permanência de funcionários da CONTRATADA nas dependências escolares que não sejam os locais de seu desempenho funcional.

8.3 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

8.4 As máquinas e os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local dos serviços somente poderão ser retirados das dependências escolares de acordo com as regras e procedimentos internos.

8.5 Não serão aceitas quaisquer alegações, por parte da CONTRATADA, de desconhecimento das normas deste Termo de Referência.

8.6 A atuação da FISCALIZAÇÃO não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.

8.7 A CONTRATANTE indicará fiscal para acompanhamento da execução dos serviços, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e FISCALIZAÇÃO do objeto contratado.

8.8 A CONTRATANTE poderá contratar empresa ou profissional especializado, com registro no



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

CREA, para assessorar a FISCALIZAÇÃO e subsidiá-la com informações.

8.9 Serão impugnados, pela FISCALIZAÇÃO, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais.

8.10 Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir os trabalhos impugnados logo após o recebimento do comunicado, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessa providência.

8.11 A FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional do Canteiro de serviço, desde que verificada a sua irresponsabilidade ou incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos de conduta nocivos à boa administração do Canteiro.

8.12 A substituição de qualquer elemento será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação por escrito, da FISCALIZAÇÃO, sendo que esta medida não será aceita como justificativa para qualquer atraso no andamento dos serviços formalizado no cronograma físico-financeiro.

8.13 Todos os materiais e toda a mão de obra, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, serão fornecidos pela CONTRATADA.

8.14 Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

8.15 As ferramentas e equipamentos de uso nos serviços serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de trabalho, em perfeito estado, prontas para o uso e atendendo aos graus de segurança exigidos para cada caso.

8.16 Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-6, NR-10, NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- a) Equipamentos para proteção da cabeça;
- b) Equipamentos para Proteção Auditiva;
- c) Equipamentos para Proteção das Mãos e Braços;
- d) Equipamentos para Proteção dos Pés e

Pernas.

## **9.0 DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1 A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis,

contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 1% (um por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, seguro- garantia ou fiança bancária.

9.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

demais obrigações nele previstas;

9.4 Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.5 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

9.6 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

9.7 Será considerada extinta a garantia:

9.7.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.7.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique ocorrências detectadas até esse prazo.

**Jundiá – AL, 04 de dezembro de 2023.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Sebastião Marcos Souza da Silva**  
Sec. de Administração

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO II**

**DECLARAÇÕES EM GERAL**

A empresa ..... inscrita no CNPJ nº ..... estabelecida na ..... por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, onde na presente data, enquadra-se como: (...**MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **COOPERATIVA**, conforme art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007...);
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação,  
com identificação completa)

**ANEXO III**

(modelo de)

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**(Identificação completa do representante da empresa licitante)**, como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da empresa licitante)** doravante denominado **(Licitante)**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da presente licitação, **foi elaborada** de maneira independente pela empresa **(Nome da empresa Licitante)**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Setor de Licitações do município de Jundiá - Alagoas, antes da abertura oficial das propostas;
- e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação,  
com identificação completa)

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO IV**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ---/2024**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ---/2024**

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE JUNDIÁ - AL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.265.468/0001-97, com sede na Rua do Comércio, S/N, Centro, Jundiá, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, inscrito no RG XXXXXX XXXX/AL, CPF MF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na cidade de Jundiá/AL, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº.---/202, Processo Administrativo nº ---/202, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº.---/2023, que é parte integrante da Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:						
CNPJ:		TELEFONE:		E-MAIL:		
ENDEREÇO:						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

					(R\$)	(R\$)

**VALOR TOTAL DA ARP: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx**

**3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador da Ata é a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Jundiá/AL

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente **ARP**, durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com o Decreto nº 7.892/13.

**5. DA VALIDADE DA ATA**

5.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

**6. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 Os serviços serão executados conforme itinerários definidos pelas diversas Secretarias e Órgãos da Municipalidade, de acordo com as necessidades.

**7. DAS OBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

7.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através do servidor especialmente designado;

7.3. Proporcionar as facilidades para que a **ÓRGÃO GERENCIADOR**, possa desempenhar sua obrigação, dentro das normalidades da ata de registro de preços;

7.4. Emitir empenho;

7.5. Efetuar o pagamento na forma convencionada no item 12 deste TR;

.

**8. DAS OBRIGAÇÃO DA FORNECEDORA REGISTRADA**

8.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do termo de referência;

8.2. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo de 01 (um) dia, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

8.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços/fornecimentos;

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

- 8.4. Assumir todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes, indenizações, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham ser criados e exigidos pelo Governo;
- 8.5. Manter, durante toda a execução dos serviços/fornecimentos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas; é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;
- 8.7. A fornecedora registrada se responsabiliza civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados, na execução dos serviços/fornecimentos;

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

. Pela inexecução total ou parcial do Contrato resultante deste Termo de Referência, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida.

9.1. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Junqueiro/AL, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

9.2. Multas:

a) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor total dos serviços entregues com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o Município de Junqueiro/AL poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual.

b) Em razão da inexecução total do contrato, à Administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, essa hipótese é caracterizada, quando a execução do objeto contratual for inferior a 50% (cinquenta por cento), quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual.

9.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Junqueiro/AL, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria entidade que aplicar a penalidade.

9.5. As sanções previstas nos subitens 11.1, 11.3 e 11.4 poderão ser aplicadas junto ao do subitem 11.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida sob qualquer circunstância a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. DO REAJUSTE**

11.1. O desempenho das funções visando a prestação dos serviços supracitados são estáveis e inflexíveis ao longo do período de 12 (doze) meses.

## **12. DO PAGAMENTO:**

13.1. O pagamento referente ao objeto licitatório devidamente executado pela Pessoa Jurídica vencedora do certame será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da(s) nota(s) fiscal(is) de prestação dos serviços e o atesto de servidor responsável pelo vínculo contratual

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

firmado, mediante depósito em conta corrente fornecida pela CONTRATADA.  
13.2. A nota fiscal apresentada pela CONTRATADA para a CONTRATANTE deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

13.2.1. Certidão de regularidade fiscal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.2. Certidão de regularidade fiscal nas esferas Federal da licitante;

13.2.3. Certidão de regularidade fiscal junto a esfera Estadual da licitante;

13.2.4. Certidão de regularidade fiscal junto a esfera municipal da licitante;

13.2.5. Certidão de regularidade fiscal quanto a débitos Trabalhistas;

VI – Certidão comprobatória de não ocorrência de Falência/Concordata em favor da CONTRATADA;

VII – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. O recurso financeiro que será empregado para o financiamento do objeto licitatório será constituído por valores provenientes de recursos próprios municipais.

**15. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

15.1. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Órgão Gerenciador e fornecedor e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Jundiá -Alagoas, --- de ----- de 2024.

.....  
**MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/AL**

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/AL**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Fornecedor**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Representante legal**

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO Nº ---/2024**

**TERMO DE CONTRATO Nº ---/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE JUNDIÁ/AL E A EMPRESA ----- PARA A AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXX.**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIÁ - AL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.265.468/0001-97, com sede na Rua do Comércio, S/N, Centro, Jundiá, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, inscrito no RG XXXXXX XXXX/AL, CPF MF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na cidade de Jundiá/AL;

**CONTRATADA:** A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), estabelecida na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

**INTERVENIENTE:** Secretaria Municipal de **XXXXXXXXXXXX**, situada a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, bairro xxxxxx, neste Município, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

As **CONTRATANTES**, nos termos do Processo nº (...) e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº (...)/(20...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do Termo de Contrato é a aquisição de (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. O Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Quant. Licitada	Descrição do Item	Marca	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	--------------------	----------------------	-------	---------	-------------------------	----------------------

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

01						
02						

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. A contratação tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contado da data da sua assinatura, devendo ser publicado extrato contratual na imprensa oficial.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor global deste contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Contratante, para o exercício financeiro de 2023, na classificação abaixo:

**PROGRAMA DE TRABALHO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX.XXX.XXXX.XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**ELEMENTO DE DESPESA**

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**5. CLÁUSULA QUINTA – LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 Os serviços serão executados conforme itinerários definidos pelas diversas Secretarias e Órgãos da Municipalidade, de acordo com as necessidades.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- 6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através do servidor especialmente designado;
- 6.3. Proporcionar as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação, dentro das normalidades do contrato;
- 6.4. Emitir empenho;
- 6.5. Efetuar o pagamento na forma convencionada no item 12 deste TR;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente:

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.2. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo de 01 (um) dia, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 7.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 7.4. Assumir todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes, indenizações, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham ser criados e exigidos pelo Governo;
- 7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas; é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;
- 7.7. A Contratada se responsabiliza civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados, na execução do Contrato;
- 7.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do Contrato, até o limite de 25% do valor atualizado do Contrato.

#### **08. CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE DE EXECUÇÃO**

- 8.1. A Nos termos do art. 67, Lei n. 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, acompanhando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.
- 8.3. O representante da Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos acompanhará todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- Pela inexecução total ou parcial do Contrato resultante deste Termo de Referência, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida.
- 9.1. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Junqueiro/AL, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- 9.2. Multas:
- a) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor total dos serviços entregues com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o Município de Junqueiro/AL poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual.

b) Em razão da inexecução total do contrato, à Administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, essa hipótese é caracterizada, quando a execução do objeto contratual for inferior a 50% (cinquenta por cento), quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual.

9.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Junqueiro/AL, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria entidade que aplicar a penalidade.

9.5. As sanções previstas nos subitens 11.1, 11.3 e 11.4 poderão ser aplicadas junto ao do subitem 11.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

## **9 CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.20 Não será admitida sob qualquer circunstância a subcontratação do objeto licitatório.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

10.20 O desempenho das funções visando a prestação dos serviços supracitados são estáveis e inflexíveis ao longo do período de 12 (doze) meses.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

12.1. O pagamento referente ao objeto licitatório devidamente executado pela Pessoa Jurídica vencedora do certame será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da(s) nota(s) fiscal(is) de prestação dos serviços e o atesto de servidor responsável pelo vínculo contratual firmado, mediante depósito em conta corrente fornecida pela CONTRATADA.

12.2. A nota fiscal apresentada pela CONTRATADA para a CONTRATANTE deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

12.2.1. Certidão de regularidade fiscal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.2. Certidão de regularidade fiscal nas esferas Federal da licitante;

12.2.3. Certidão de regularidade fiscal junto a esfera Estadual da licitante;

12.2.4. Certidão de regularidade fiscal junto a esfera municipal da licitante;

12.2.5. Certidão de regularidade fiscal quanto a débitos Trabalhistas;

VI – Certidão comprobatória de não ocorrência de Falência/Concordata em favor da CONTRATADA;

VII – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.20 O recurso financeiro que será empregado para o financiamento do objeto licitatório será constituído por valores provenientes de recursos próprios municipais.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.20 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em Lei.

13.21 - Constitui motivos para rescisão do contrato, dentre outras;

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

- 13.22 - O não cumprimento de Cláusula contratual, especificação ou prazo;
- 13.23 - A fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no CONTRATO;
- 13.24 - O desatendimento / descumprimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhamento e fiscalização da sua execução, assim como, aquelas emanadas de seus superiores;
- 13.25 - O cometimento reiterado de falhas na sua execução;
- 13.26 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 13.27 - A dissolução da sociedade;
- 13.28 - A alteração da Razão Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique no todo ou em parte a execução do contrato;
- 13.29 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 13.30 - A supressão, por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO, de serviços que venham a acarretar modificação do valor inicial do contrato, além do limite do permitido no § 1.º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93;
- 13.31 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato;

**14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.20 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

**15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.20 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.20 É eleito o Foro da Comarca do Município de Junqueiro/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Jundiá - Alagoas, -- de -----de 2024.

**MUNICÍPIO DE JUNDIÁ**

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE [...]**



Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

Interveniente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a)

**EMPRESA** [Razão Social da Empresa]

Contratada

Representante legal: [nome completo]

Cargo

Instrumento de outorga de poderes [procuração/contrato social/estatuto social]

Estado de Alagoas  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Rua do Comércio, s/n – Centro – Jundiá - AL, CEP: 57.965-000  
CNPJ: 12.248.100/0001-10

**ANEXO VI**

**PLANILHA, CONOGRAMA E DIAGRAMA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ - AL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua do Comércio – 241 - Centro Jundiá/AL  
CEP: 57965000 – CNPJ: 12.248.100/0001-10  
Email: pmjundia-al@hotmail.com



**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo, instalação e manutenção de sistemas de mini microgeração de energia solar fotovoltaica ON-GRID, em unidades da Saúde, Educação, Assistência Social e Administração, que produzam a média total anual de no mínimo 22.000 KW/h.	BDI DE SERVIÇOS	28,62%
	BDI DE FORNECIMENTO	16,12%

Data Base: SINAPI de Setembro de 2023 com desoneração

ART:

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PR. UNIT	TIPO DE BDI	VALOR DO BDI	VALOR UNIT + BDI	TOTAL
1	COMPOSIÇÃO	CÓDIGO	MÃO DE OBRA E EXECUÇÃO	UNID.	1,00	R\$ 270.000,00	SERVIÇOS	R\$ 77.814,00	R\$ 347.814,00	R\$ 347.814,00
2		CÓDIGO	FORNECIMENTO DE MATERIAL							
2.2	EDUCAÇÃO	2	KIT FOTOVOLTAICO PARA UNIDADES SISTEMA TRIFÁSICO 101,01 KWP E 182 PLACAS	UN	1,00	R\$ 735.530,00	FORNECIMENTO	R\$ 118.567,44	R\$ 854.097,44	R\$ 854.097,43
2.3	ADMINISTRAÇÃO	3	KIT FOTOVOLTAICO PARA UNIDADES SISTEMA TRIFÁSICO 40,88 KWP E 75 PLACAS	UN	1,00	R\$ 293.580,00	FORNECIMENTO	R\$ 47.325,10	R\$ 340.905,10	R\$ 340.905,09
2.4	SAÚDE	4	KIT FOTOVOLTAICO PARA UNIDADES SISTEMA TRIFÁSICO 40,88 KWP E 75 PLACAS	UN	1,00	R\$ 293.580,00	FORNECIMENTO	R\$ 47.325,10	R\$ 340.905,10	R\$ 340.905,09
2.5	SINAPI	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	22,40	R\$ 10,65	FORNECIMENTO	R\$ 1,72	R\$ 12,37	R\$ 277,01
2.6	SINAPI	34686	DISJUNTOR TIPO DIN / IEC, MONOPOLAR DE 40 ATE 50A	UN	22,40	R\$ 15,80	FORNECIMENTO	R\$ 2,55	R\$ 18,35	R\$ 410,97
2.7	SINAPI	34689	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR DE 60 ATE 70A, TENSÃO MÁXIMA DE	UN	28,00	R\$ 36,27	FORNECIMENTO	R\$ 5,85	R\$ 42,12	R\$ 1.179,26
2.8	SINAPI	34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	8,40	R\$ 74,83	FORNECIMENTO	R\$ 12,06	R\$ 86,89	R\$ 729,89
2.9	SINAPI	34714	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR 63 A	UN	5,60	R\$ 89,37	FORNECIMENTO	R\$ 14,41	R\$ 103,78	R\$ 581,14
2.10	SINAPI	2373	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN	1,40	R\$ 130,52	FORNECIMENTO	R\$ 21,04	R\$ 151,56	R\$ 212,18
2.11	SINAPI	2391	DISJUNTOR TRIPOLAR 125A CAIXA MOLDADA CURVA C	UN	1,40	R\$ 408,17	FORNECIMENTO	R\$ 65,80	R\$ 473,97	R\$ 663,55
2.12	ORSE	9225	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 60KA - 275v (para-raio)	UN	83,33	R\$ 74,85	FORNECIMENTO	R\$ 12,07	R\$ 86,92	R\$ 7.242,52
2.13	SINAPI	3380	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	16,10	R\$ 57,75	FORNECIMENTO	R\$ 9,31	R\$ 67,06	R\$ 1.079,65
2.14	SINAPI	41474	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO OU OUTRO USO, EM PVC, DN = 300 X 300* MM	UN	16,10	R\$ 65,73	FORNECIMENTO	R\$ 10,60	R\$ 76,33	R\$ 1.228,84
2.15	ORSE	14977	Cartucho p/ solda extermica nr 45	UN	78,40	R\$ 15,92	FORNECIMENTO	R\$ 2,24	R\$ 16,16	R\$ 1.267,25
2.16	SINAPI	34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 (PRETO)	M	3.483,20	R\$ 20,67	FORNECIMENTO	R\$ 3,33	R\$ 24,00	R\$ 83.603,78
2.17	SINAPI	34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 (VERMELHO)	M	3.483,20	R\$ 20,67	FORNECIMENTO	R\$ 3,33	R\$ 24,00	R\$ 83.603,78
2.18	SINAPI	39686	CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 4 MEDIDORES MONOFASICOS, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	2,80	R\$ 578,35	FORNECIMENTO	R\$ 93,23	R\$ 671,58	R\$ 1.880,42
2.19	SINAPI	1062	CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	5,04	R\$ 357,18	FORNECIMENTO	R\$ 57,58	R\$ 414,76	R\$ 2.090,37
2.20	SINAPI	34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 (VERDE)	M	400,00	R\$ 20,67	FORNECIMENTO	R\$ 3,33	R\$ 24,00	R\$ 9.600,80
2.21	SINAPI	39261	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM H	M	500,00	R\$ 32,17	FORNECIMENTO	R\$ 5,19	R\$ 37,36	R\$ 18.677,90
2.22	SINAPI	39263	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM H	M	200,00	R\$ 88,59	FORNECIMENTO	R\$ 14,28	R\$ 102,87	R\$ 20.574,14
2.23	SINAPI	39800	QUADRO DE DISTRIBUICAO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR.	UN	198,00	R\$ 68,43	FORNECIMENTO	R\$ 11,03	R\$ 79,46	R\$ 15.733,26
2.24	SINAPI	39801	QUADRO DE DISTRIBUICAO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR.	UN	5,60	R\$ 114,97	FORNECIMENTO	R\$ 18,53	R\$ 133,50	R\$ 747,61
2.25	ORSE	14034	Quadro de comando partida direta 5 CV 220V em chapa de ferro, 50x40x20cm, contê	UN	0,70	R\$ 1.759,63	FORNECIMENTO	R\$ 283,17	R\$ 2.039,80	R\$ 1.427,85
2.26	ORSE	9597	Barra chata de cobre 1/2" x 3/16"	kg	3,51	R\$ 204,00	FORNECIMENTO	R\$ 32,88	R\$ 236,88	R\$ 830,31
2.27	ORSE	9599	Barra chata de cobre 3/8" x 1/8"	kg	1,61	R\$ 204,00	FORNECIMENTO	R\$ 32,88	R\$ 236,88	R\$ 382,04
2.28	ORSE	4945	Isolador Epoxi BT 30 x 30 un	UN	33,60	R\$ 6,60	FORNECIMENTO	R\$ 1,06	R\$ 7,66	R\$ 257,50
2.29	ORSE	9878	Parafuso sextavado bimetalico rosca soberba 1/4" x 45mm un	UN	89,60	R\$ 0,49	FORNECIMENTO	R\$ 0,08	R\$ 0,57	R\$ 50,98
2.30	ORSE	10260	Porca sextavada zincada 1/4" un	UN	89,60	R\$ 0,87	FORNECIMENTO	R\$ 0,14	R\$ 1,01	R\$ 90,51
2.31	ORSE	2676	Terminal de compressão para cabo de 25 mm2 un	UN	22,40	R\$ 2,58	FORNECIMENTO	R\$ 0,42	R\$ 3,00	R\$ 67,10
2.32	ORSE	2677	Terminal de compressão para cabo de 35 mm2 un	UN	22,40	R\$ 2,91	FORNECIMENTO	R\$ 0,47	R\$ 3,38	R\$ 75,69
2.33	ORSE	962	Fio cobre nu 25,0 mm2 m	UN	113,12	R\$ 24,48	FORNECIMENTO	R\$ 3,95	R\$ 28,43	R\$ 3.215,56
2.34	ORSE	11045	Rebite pop 1/4" x 1/2" Arrebite pop 1/4" x 1/2" un	UN	800,00	R\$ 0,16	FORNECIMENTO	R\$ 0,03	R\$ 0,19	R\$ 148,63
2.35	ORSE	13159	Barramento neutro e terra para quadro de distribuição un	UN	87,20	R\$ 36,70	FORNECIMENTO	R\$ 5,92	R\$ 42,62	R\$ 2.863,79
2.36	SINAPI	1574	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM2, 1	UN	224,00	R\$ 1,84	FORNECIMENTO	R\$ 0,30	R\$ 2,14	R\$ 478,60
2.37	SINAPI	1573	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1	UN	336,00	R\$ 1,71	FORNECIMENTO	R\$ 0,28	R\$ 1,99	R\$ 667,17
2.38	ORSE	8697	Barramento trifasico un	UN	25,20	R\$ 110,00	FORNECIMENTO	R\$ 17,73	R\$ 127,73	R\$ 3.218,84
2.39	SINAPI	2685	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M	300,00	R\$ 7,94	FORNECIMENTO	R\$ 1,28	R\$ 9,22	R\$ 2.765,97
2.40	ORSE	757	Curva 45 pvc rigido soldavel, marrom, d= 25mm un	UN	112,00	R\$ 2,63	FORNECIMENTO	R\$ 0,42	R\$ 3,05	R\$ 342,04
2.41	ORSE	2965	Eletroduto corrugado flexivel em PEAD Ø = 1 1/4", tipo Kanalex ou similar m	M	300,00	R\$ 11,05	FORNECIMENTO	R\$ 1,78	R\$ 12,83	R\$ 3.849,37
2.42	ORSE	313	Bucha aluminio p/eletroduto d=1" un	UN	63,84	R\$ 1,40	FORNECIMENTO	R\$ 0,23	R\$ 1,63	R\$ 103,78
2.43	ORSE	208	Aruela de aluminio p/eletroduto d=1" un	UN	63,84	R\$ 1,05	FORNECIMENTO	R\$ 0,17	R\$ 1,22	R\$ 77,83
2.44	SINAPI	2516	CONECTOR CURVO 90 GRAUS DE ALUMINIO, BITOLA 1", PARA ADAPTAR EN	UN	63,84	R\$ 13,15	FORNECIMENTO	R\$ 2,12	R\$ 15,27	R\$ 974,82
2.45	SINAPI	2680	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2", SEM LUVA	M	117,60	R\$ 11,62	FORNECIMENTO	R\$ 1,87	R\$ 13,49	R\$ 1.586,79
2.46	SINAPI	12033	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUT	UN	33,60	R\$ 7,67	FORNECIMENTO	R\$ 1,24	R\$ 8,91	R\$ 299,25
2.47	ORSE	315	Bucha aluminio p/eletroduto d=1 1/2" un	UN	16,80	R\$ 2,05	FORNECIMENTO	R\$ 0,33	R\$ 2,38	R\$ 39,99
2.48	ORSE	210	Aruela de aluminio p/eletroduto d=1 1/2" un	UN	16,80	R\$ 1,70	FORNECIMENTO	R\$ 0,27	R\$ 1,97	R\$ 33,16
2.49	SINAPI	2527	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/2", PARA ADAP	UN	16,80	R\$ 9,07	FORNECIMENTO	R\$ 1,46	R\$ 10,53	R\$ 176,93
2.50	ORSE	6597	Eletroduto corrugado flexivel em PEAD Ø = 1 1/2", tipo Kanalex ou similar m	M	200,00	R\$ 10,50	FORNECIMENTO	R\$ 1,69	R\$ 12,19	R\$ 2.438,52
2.51	SINAPI	2681	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	M	39,20	R\$ 18,98	FORNECIMENTO	R\$ 3,06	R\$ 22,04	R\$ 863,95
2.52	SINAPI	39277	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	11,20	R\$ 12,26	FORNECIMENTO	R\$ 1,98	R\$ 14,24	R\$ 159,44
2.53	ORSE	316	Bucha aluminio p/eletroduto d=2" un	UN	11,20	R\$ 4,10	FORNECIMENTO	R\$ 0,66	R\$ 4,76	R\$ 53,32
2.54	ORSE	211	Aruela de aluminio p/eletroduto d=2" un	UN	11,20	R\$ 2,10	FORNECIMENTO	R\$ 0,34	R\$ 2,44	R\$ 27,31
2.55	SINAPI	2489	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2", PARA ADAPTAR EN	UN	11,20	R\$ 10,05	FORNECIMENTO	R\$ 1,62	R\$ 11,67	R\$ 130,70
2.56	SINAPI	2682	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 1/2", SEM LUVA	M	56,00	R\$ 27,70	FORNECIMENTO	R\$ 4,47	R\$ 32,17	R\$ 1.801,25
2.57	SINAPI	1887	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2 1/2", PARA ELE	UN	16,80	R\$ 17,39	FORNECIMENTO	R\$ 2,80	R\$ 20,19	R\$ 339,24
2.58	ORSE	317	Bucha aluminio p/eletroduto d=2 1/2" un	UN	11,20	R\$ 4,45	FORNECIMENTO	R\$ 0,72	R\$ 5,17	R\$ 57,87
2.59	ORSE	3546	Aruela de aluminio p/eletroduto d=2 1/2" un	UN	11,20	R\$ 2,70	FORNECIMENTO	R\$ 0,44	R\$ 3,14	R\$ 35,11
2.60	SINAPI	2528	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2 1/2", PARA ADAP	UN	11,20	R\$ 22,83	FORNECIMENTO	R\$ 3,68	R\$ 26,51	R\$ 296,91
2.61	ORSE	12539	Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm un	UN	350,00	R\$ 0,55	FORNECIMENTO	R\$ 0,09	R\$ 0,64	R\$ 223,53
2.62	ORSE	74	Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 285mm x 3,5mm un	UN	300,00	R\$ 0,35	FORNECIMENTO	R\$ 0,06	R\$ 0,41	R\$ 121,92
2.63	ORSE	408	ABRACADEIRA PVC PRETA 1 1/2 POL	UN	84,00	R\$ 0,99	FORNECIMENTO	R\$ 0,16	R\$ 1,15	R\$ 96,56
2.64	ORSE	408	ABRACADEIRA PVC PRETA 2 POL	UN	33,60	R\$ 0,99	FORNECIMENTO	R\$ 0,16	R\$ 1,15	R\$ 38,62
2.65	ORSE	469	Caixa de passagem pvc 15x15x8cm pieletrica, tipo Aquatic ou similar un	UN	50,40	R\$ 27,00	FORNECIMENTO	R\$ 4,35	R\$ 31,35	R\$ 1.580,16
2.66	ORSE	9435	Caixa de passagem pvc 20 x 20cm, sistema "x", com tampa un	UN	28,00	R\$ 28,72	FORNECIMENTO	R\$ 4,63	R\$ 33,35	R\$ 933,79
2.67	ORSE	3920	Condulete tipo "LR" de 2" em aluminio fundido a prova de tempo, gases, vapores e p	UN	1,12	R\$ 60,48	FORNECIMENTO	R\$ 9,75	R\$ 70,23	R\$ 78,65
2.68	ORSE	3914	Condulete tipo "LL" de 2" em aluminio fundido a prova de tempo, gases, vapores e p	UN	1,12	R\$ 62,90	FORNECIMENTO	R\$ 10,14	R\$ 73,04	R\$ 81,80
2.69	ORSE	4488	Prensa cabo de 1/2" un	UN	97,44	R\$ 3,45	FORNECIMENTO	R\$ 0,56	R\$ 4,01	R\$ 390,35
2.70	ORSE	1058	Gradi tubo ferro galvanizado 1 1/2" m2	M²	23,94	R\$ 222,72	FORNECIMENTO	R\$ 35,90	R\$ 258,62	R\$ 6.191,42
2.71	ORSE	12211	Forneimento e instalação de toldo tipo bambolina em lona de laminado pvc Night & D	M²	13,44	R\$ 165,00	FORNECIMENTO	R\$ 26,60	R\$ 191,60	R\$ 2.575,07
2.72	ORSE	12722	Placa indicativa, adesiva, dim. 20 x 20 cm Un	UN	15,68	R\$ 13,90	FORNECIMENTO	R\$ 2,24	R\$ 16,14	R\$ 253,08
2.73	SINAPI	1535	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 6 A 10 MM2, COM 1 FUR	UN	104,16	R\$ 6,04	FORNECIMENTO	R\$ 0,97	R\$ 7,01	R\$ 730,54
2.74	ORSE	5571	BARRA ROSCADA 1M X 14	M	2,24	R\$ 5,70	FORNECIMENTO	R\$ 0,92	R\$ 6,62	R\$ 14,82
2.75	ORSE	10260	Porca sextavada zincada 1/4" un	UN	8,96	R\$ 0,87	FORNECIMENTO	R\$ 0,14	R\$ 1,01	R\$ 9,05
2.76	ORSE	8347	Aruela lisa zincada e 1/4" un	UN	8,96	R\$ 0,05	FORNECIMENTO	R\$ 0,01	R\$ 0,06	R\$ 0,52
2.77	SINAPI	38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	15,68	R\$ 39,95	FORNECIMENTO	R\$ 6,44	R\$ 46,39	R\$ 727,39
2.78	ORSE	2682	Parafuso c/ bucha S-6 un	UN	550,00	R\$ 0,12	FORNECIMENTO	R\$ 0,02	R\$ 0,14	R\$ 76,63
2.79	ORSE	8211	Silicone - bsnaga de 300ml pc	UN	150,00	R\$ 19,30	FORNECIMENTO	R\$ 3,11	R\$ 22,41	R\$ 3.361,67
2.80	ORSE	4977	Parafuso autoblocante 1 1/2" x 1/4" un	UN	120,00	R\$ 0,53	FORNECIMENTO	R\$ 0,09	R\$ 0,62	R\$ 73,85
TOTAL MATERIAL									R\$	1.835.079,47
TOTAL GERAL COM BDI									R\$	2.182.893,47

Documento assinado digitalmente



ROBESMAN GONCALVES DE OLIVEIRA

Data: 14/12/2023 11:11:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### BDI DE SERVIÇOS

<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo, instalação e manutenção de sistemas de mini/microgeração de energia solar fotovoltaica ON-GRID, em unidades da Saúde, Educação, Assistência Social e Administração, que produzam a média total anual de no mínimo 22.000 KW/H/mês.				<b>C.T.:</b>		
				<b>ART:</b>		
<b>Data Base: SINAPI de Setembro de 2023 com desoneração</b>				<b>BDI:</b>	<b>28,82%</b>	
<b>TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO</b>					<b>DESONERAÇÃO</b>	
Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica					Sim	
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:					100,00%	
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):					5,00%	
Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,00%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	0,97%	-	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	0,59%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,16%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	22,47%	OK	20,34%	22,12%	25,00%
<b>BDI COM desoneração</b>	<b>BDI DES</b>	<b>28,82%</b>	<b>OK</b>			

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica, é de 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ - AL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua do Comércio – 241 - Centro Jundiá/AL  
CEP: 57965000 – CNPJ: 12.248.100/0001-10  
Email: pmjundia-al@hotmail.com



**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo, instalação e manutenção de sistemas de mini/microgeração de energia solar fotovoltaica ON-GRID, em unidades da Saúde, Educação, Assistência Social e Administração, que produzam a média total anual de no mínimo 22.000 KW/H/mês.

SERVIÇO				1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
01	MÃO DE OBRA E EXECUÇÃO	347.814,00	15,93						
				115.938,00	33,33%	115.938,00	33,33%	115.938,00	33,33%
02	FORNECIMENTO DE MATERIAL	1.835.079,47	84,07						
				611.693,16	33,33%	611.693,16	33,33%	611.693,16	33,33%
TOTAL SIMPLES		2.182.893,47	100,00	727.631,16	33,33%	727.631,16	33,33%	727.631,16	33,33%
TOTAL ACUMULADO		2.182.893,47	100,00	727.631,16	33,33%	1.455.262,31	66,67%	2.182.893,47	100,00%



Documento assinado digitalmente  
**ROBESMAN GONCALVES DE OLIVEIRA**  
Data: 14/12/2023 11:11:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

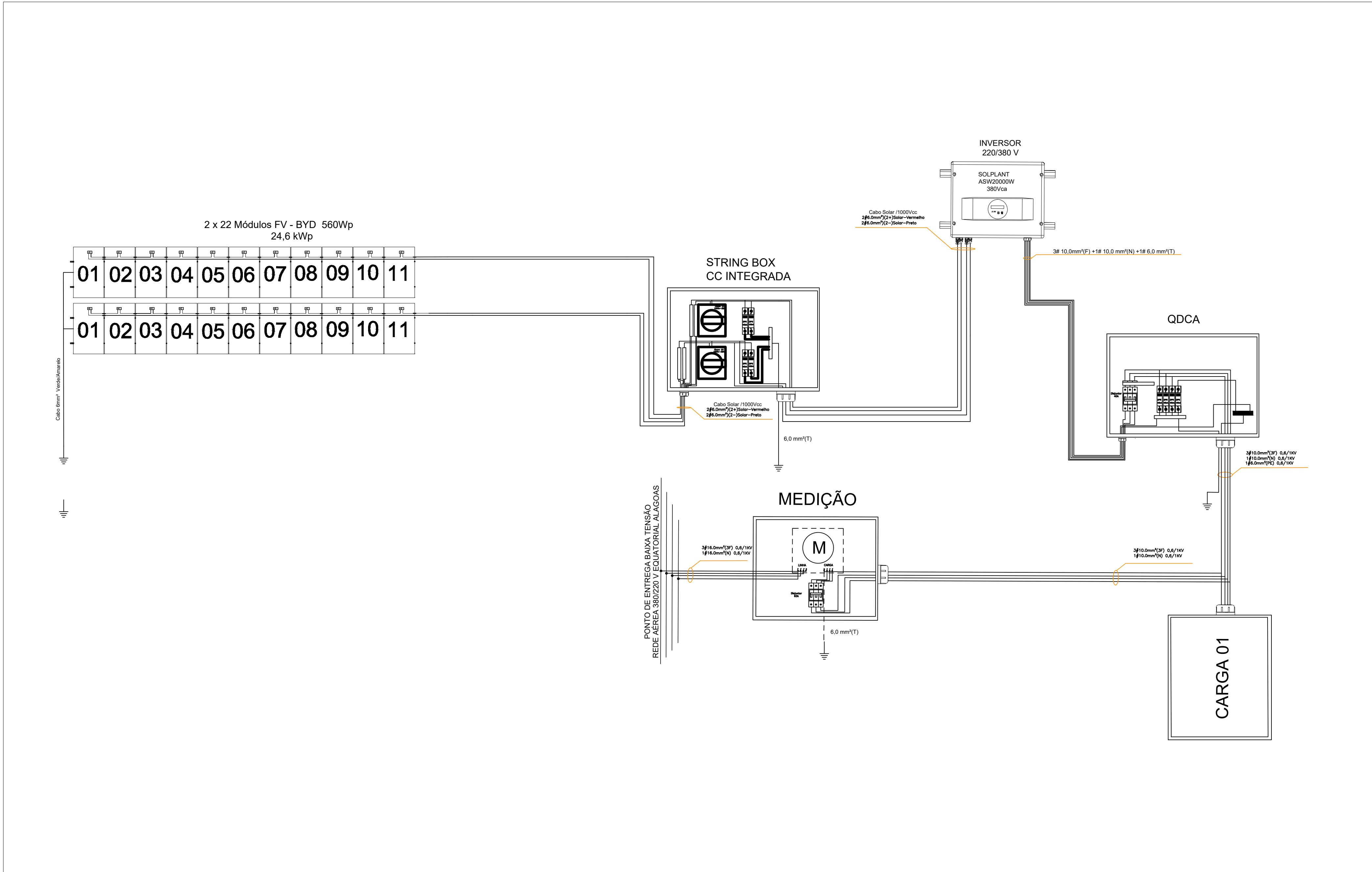
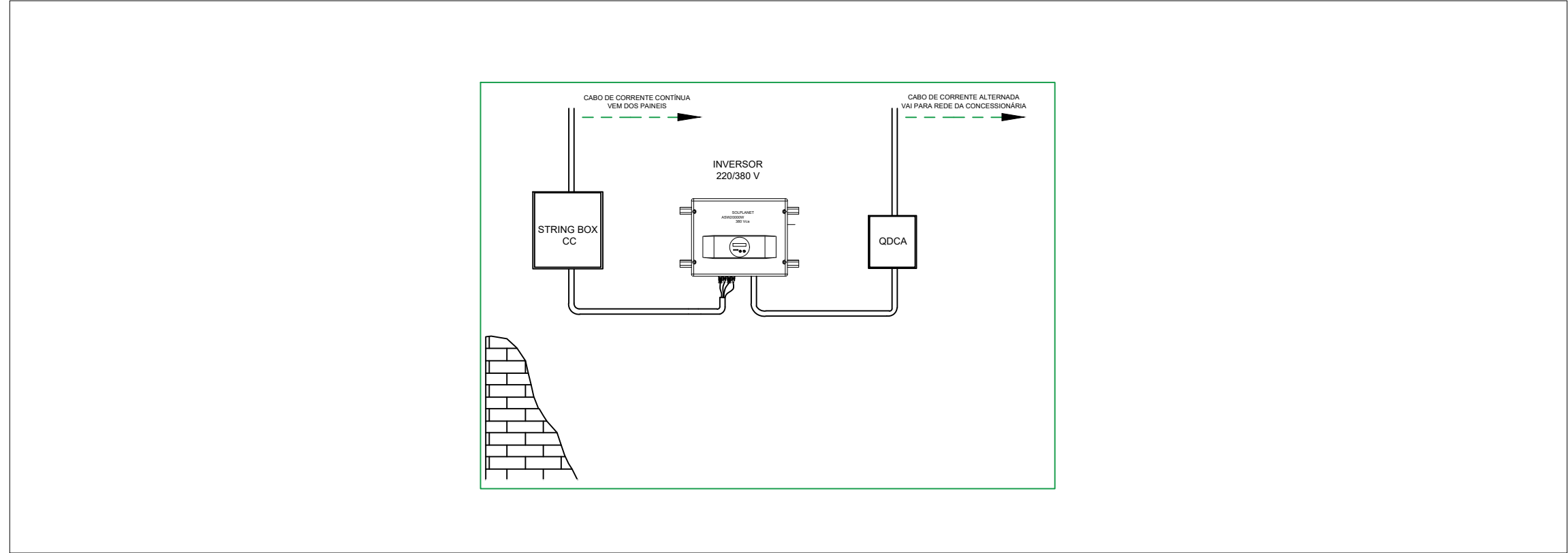
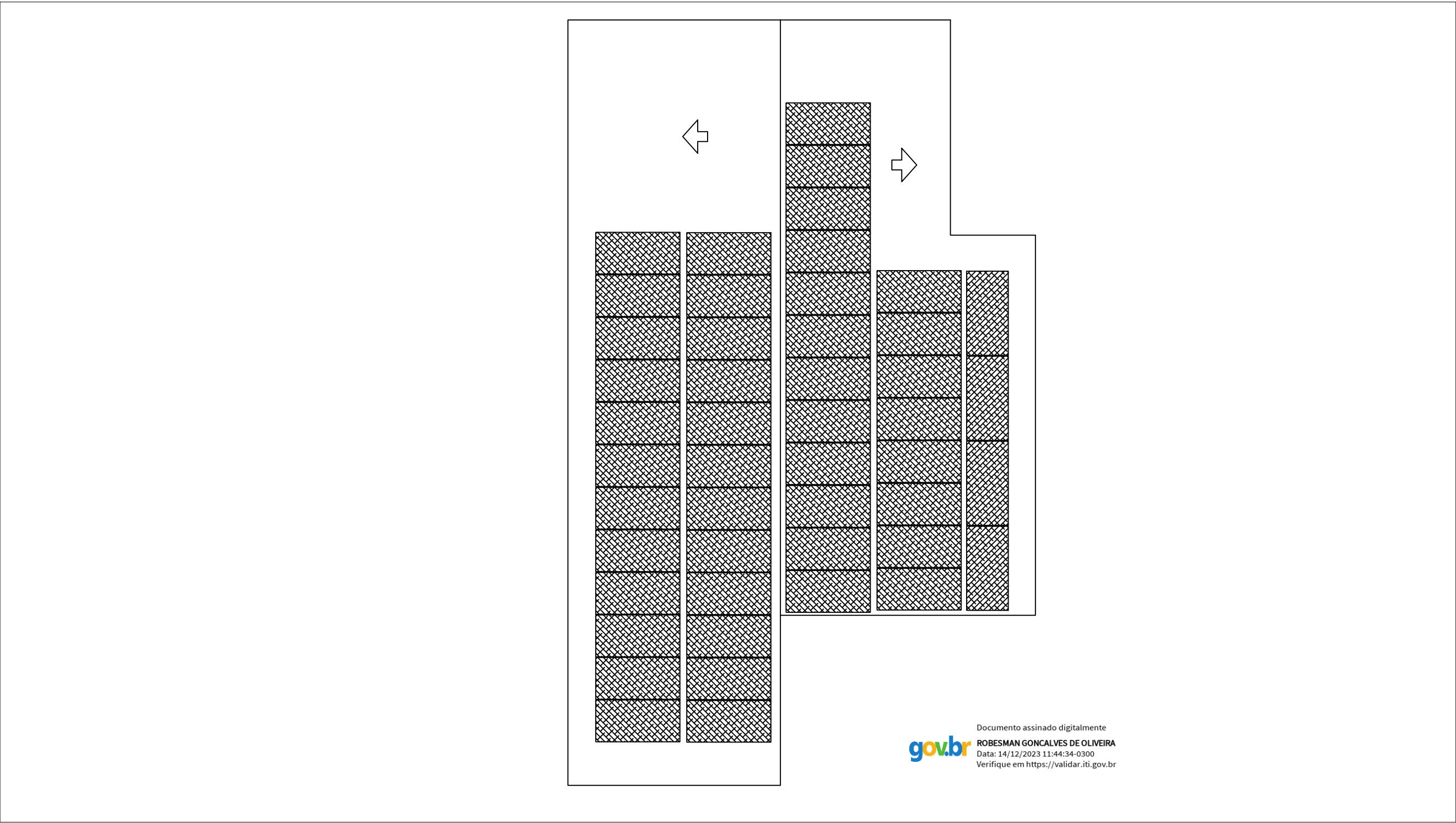


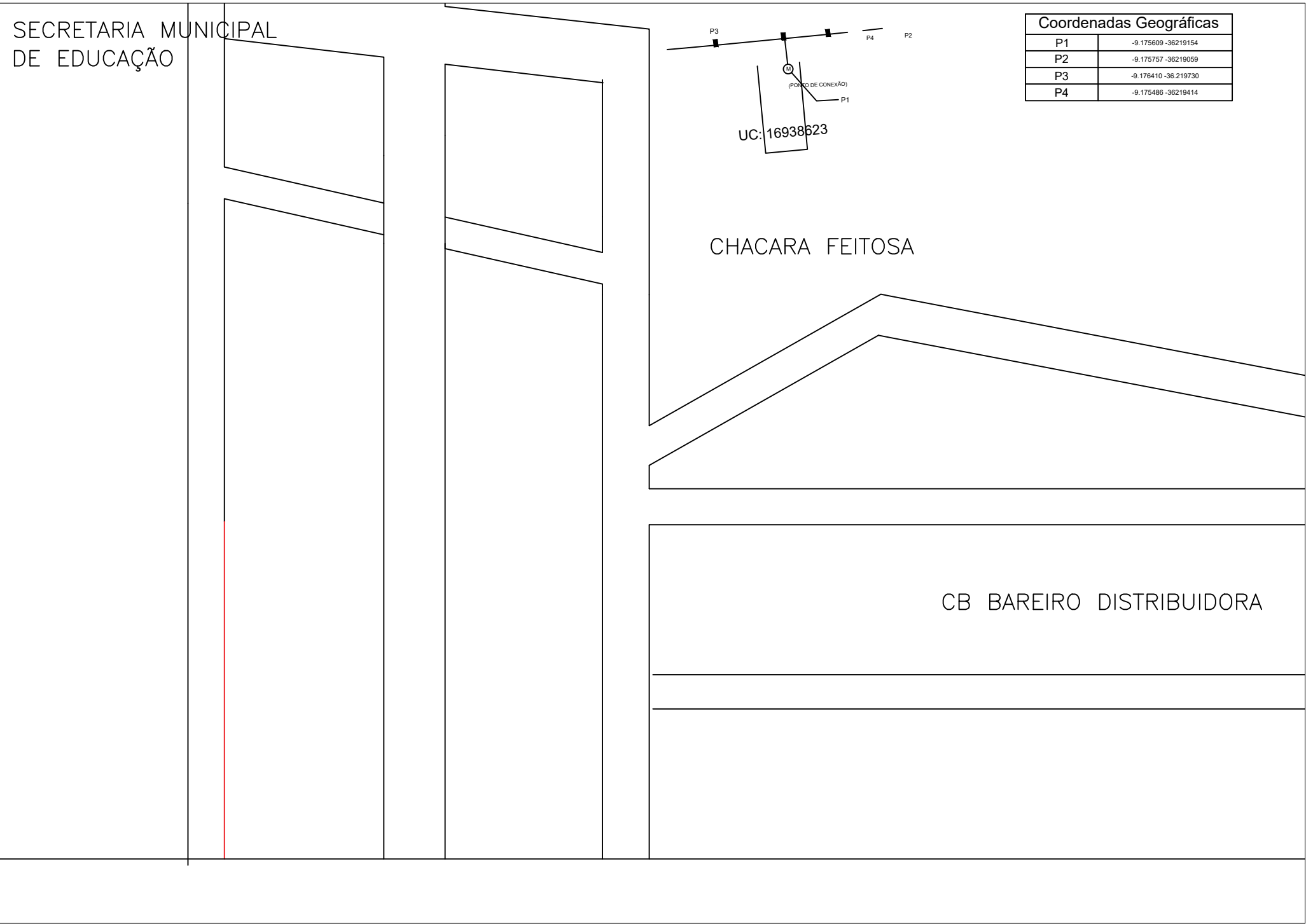
DIAGRAMA FUNCIONAL



DETALHE DE MONTAGEM



DISPOSIÇÃO DOS MODULOS



PLANTA DE SITUAÇÃO

REV	DATA	POR	VISTO	DESCRIÇÃO
01	DIA/MES/ANO			DIAGRAMA ELETRICO

LOGO EMPRESA

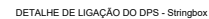
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

Cliente:  
CNPJ: 122481000001-10

ROBESMAN GONÇALVES DE OLIVEIRA

Responsável técnico:  
Engenheiro Eletricista  
CREA: 0220770077

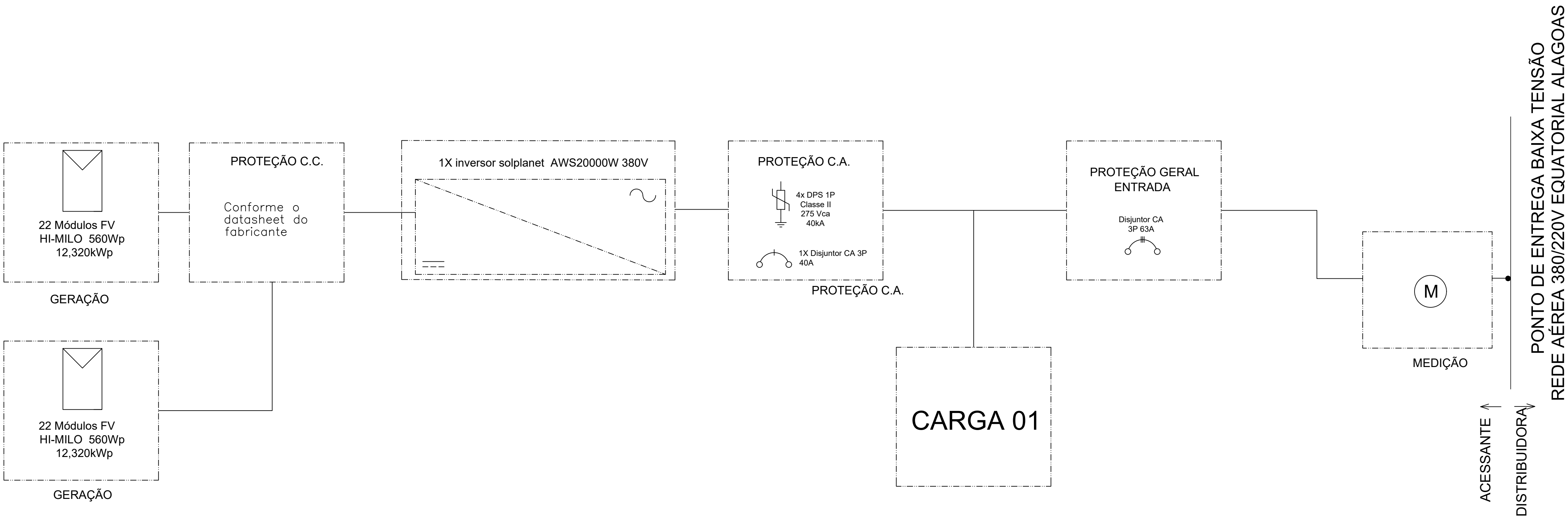
obra:				
RESIDENCIAL				
CIDADE - ESTADO				
JUNDIÁ ALAGOAS				
proprietário:				
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ				
instalação:				
MICROGERAÇÃO POR ENERGIA SOLAR COM 1 INVERSOR				
conteúdo:				
DIAGRAMA FUNCIONAL				
PLANTA DE SITUAÇÃO				
DETALHE DE MONTAGEM				
DISPOSIÇÃO DOS MODULOS				
LEGENDA, NOTAS E DETALHES				
Operador de Cad:		Data:	Escala:	prancha:
		DESEN/2023	S/e	02/02
Arquivo:				
PROJETO ELÉTRICO				



Documento assinado digitalmente  
**ROBESMAN GONCALVES DE OLIVEIRA**  
 Data: 14/12/2023 11:44:35-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROJETO:  
DIAGRAMA UNIFILAR

DIAGRAMA DE BLOCO



Documento assinado digitalmente  
ROBESMAN GONCALVES DE OLIVEIRA  
Data: 14/12/2023 11:46:59-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

REV	DATA	POR	VISTO	DESCRIÇÃO
01	10/11/2023			DIAGRAMA DE BLOCOS

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ
	CLIENTE: CNPJ: 1221481000001-10
	Robesman Gonçalves de oliveira
	RESPONSÁVEL TÉCNICO ENG. Eletricista CREA: 022077007-7

obra:				
RESIDENCIAL				
MACEIO - ALAGOAS				

proprietário:				
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ				

instalação:				
MICROGERAÇÃO POR ENERGIA SOLAR				

conteúdo:				
DIAGRAMA DE BLOCO				

Operador de Cad:		Data:	Escala:	prancha: 01/02
FORMATO A1		DES./2023	S/e	
Arquivo:		PROJETO DIAGRAMA DE BLOCOS		